
**Políticas públicas de convivência com a seca no Semiárido cearense em prol dos
acentuados contrastes inter-regionais**

José Anderson de Sousa¹

¹Universidade Regional do Cariri, e-mail: jose-anderson-sousa@hotmail.com

RESUMO

Pretende-se com o desenvolvimento desse trabalho, trazer elementos que afirmem o caráter concentrador e excludente das políticas públicas implantadas pelo Estado no Semiárido cearense. Essas políticas não foram implantadas de acordo com as necessidades regionais e as populações que mais necessitam não foram beneficiadas, mas apenas os grandes empresários. Não se tem a intenção aqui de dar cabo ao fenômeno da seca, mas sim de contribuir para o estudo e aplicação de técnicas e modos de conviver com tais fenômenos, seja por meio do Estado, das ONGs ou mesmo pelo conjunto populacional que vivenciam essa conjuntura. Procurou-se tomar a conjuntura vigente não como uma realidade dada e acabada, mas sim como uma construção socioespacial histórica onde as consequências trazidas pelas secas, para a região, são historicamente tratadas pelo poder público com medidas assistencialistas. Com a difusão do conceito convivência com o Semiárido e a consciência de que não é possível acabar de vez com a seca no Nordeste, espera-se que o Estado implante tecnologias sociais de convivência com o Semiárido que transcenda os benefícios concentrados das grandes obras.

ABSTRACT 13 de dezembro de 2013 - Campina Grande - PB/Brasil

It is intended to develop this work , bringing elements that affirm the character concentrating and excluding public policies implemented by the state in Semiarid Ceará . These policies have not been implemented in accordance with regional needs and populations most in need were not benefited , but only big business . Do not intend here to give out the drought phenomenon , but rather to contribute to the study and application of techniques and ways of living with such phenomena , either through the state , NGOs or even the whole population who experience this situation . . We tried to take the current situation not as a given reality and finished, but as a socio- historical building where the consequences brought about by drought for the region , have historically been treated by the government with assistance measures . With the spread of the concept coexistence with the semiarid and the awareness that it is not possible to put an end to the drought in the Northeast , it is expected that the state implant technologies of social coexistence with the semiarid region that transcends the concentrated benefits of great works .

INTRODUÇÃO

Esse trabalho toma como norte para seu desenvolvimento o fato de que as secas periódicas e históricas que ocorrem no Nordeste do Brasil, principalmente na sua região Semiárida, são fenômenos climáticos característicos da própria natureza regional, e que por esse motivo não há como a interferência humana conseguir regulamentar onde e quando deverão ocorrer as precipitações, que de acordo com Suassuna (2010), nessa área apresenta uma média pluviométrica anual de 800 mm mal distribuídos no tempo e no espaço. Não se tem a intenção aqui de dar cabo ao fenômeno da seca, mas sim de contribuir para o estudo e aplicação de técnicas e modos de conviver com tais fenômenos, seja por meio do Estado, das ONGs ou mesmo pelo conjunto populacional que vivenciam essa conjuntura. Pretende-se com o desenvolvimento desse trabalho, trazer elementos que afirmem o caráter concentrador e excludente das políticas públicas implantadas pelo Estado no Semiárido cearense.

As políticas públicas voltadas à solução dos principais problemas socioeconômicos, agravados pelas secas frequentes no semiárido brasileiro, foram implantadas de acordo com a lógica vigente de que estas últimas são desastres naturais, o que serviu para justificar medidas mitigadoras e assistencialistas para com a população atingida. Contribuindo assim, para alimentar a famosa indústria da seca.

Sobre a seca como desastre silva afirma que:

A ideia de seca enquanto desastre tende a manter ações, que deveriam ser extraordinárias, como ordinárias, uma lógica que começa de cima e é absorvida pelas camadas políticas subsequentes. Antes de garantir qualquer semente, ou máquina, é necessário garantir água, em abundância, pois a população não pode permanecer escrava de ações emergenciais. (SILVA, 2013, pg. 20)

Silva (2013, pg. 4) coloca ainda que “o ponto em questão é o de que a seca sendo um desastre seria uma casualidade e, assim o sendo, tende a ter medidas casuais, que contraditoriamente tornam-se ordinárias, se considerarmos a não efetividade e eficácia das ações”. Dessa forma, pretende-se nesse trabalho identificar e esclarecer a conjuntura e justificativas pelas quais tais políticas não conseguiram obter êxito diante das necessidades regionais. Se no período imperial essas ações políticas beneficiavam os grandes coronéis, hoje os beneficiários são as grandes empresas e os grandes fazendeiros com forte concentração de renda, terra e água.

MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento da pesquisa pode ser dividido em dois momentos: no primeiro é importante destacar a vivência empírica sobre as questões que envolvem o Semiárido, local no qual desenvolvo minhas ações, e num segundo momento tem-se a revisão de literatura no qual foi selecionado um conjunto de fontes informacionais como sites, vídeos, artigos, documentos e

livros que abordam o tema.

Depois de um extenso estudo das fontes encontradas fez-se uma nova seleção da bibliografia que iam de encontro a responder as indagações e dúvidas do problema de pesquisa. Portanto foi uma pesquisa de cunho bibliográfico e empírico. O próximo passo foi grifar citações dos textos de autores que iriam subsidiar o desenvolvimento da pesquisa e analisar possíveis divergências entre as ideias dos mesmos, bem como de sua veracidade. Procurou-se analisar nosso objeto de estudo a partir de uma conjuntura que o apreendesse como parte de um todo, e assim imbricado a ele. Procurou-se tomar a conjuntura vigente não como uma realidade dada e acabada, mas sim como uma construção socioespacial histórica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do fracasso das políticas públicas que tinham como um norte o objetivo de acabar com as secas, difunde-se o conceito de convivência com o Semiárido. Agora a intenção é de desenvolver meios e técnicas que possibilitem a convivência do sertanejo com as características naturais da região.

De acordo com (SILVA, 2006, pg. 272), convivência com o Semiárido é:

Uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no Semi-árido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais.

Para Malvezzi (2007, pg. 11)

[...] A idéia parte de um principio simples: porque os povos do gelo podem viver bem no gelo, os povos do deserto podem viver bem no deserto, os povos das ilhas podem viver bem nas ilhas e a população da região semiárida vive mal aqui?

A partir daí, entende-se que convivência com o Semiárido não está ligado a viver passando fome e sede, mas sim com o desenvolvimento de técnicas que levem em conta as carências do clima local para a construção de uma conjuntura que seja capaz de assegurar o desenvolvimento de uma vida digna e próspera para os que aí vivem.

Os primeiros a desenvolver técnicas de convivência com Semiárido foram os próprios habitantes, pois quando os rios secam eles escavam no seu leito com a intenção de que a água mine para a superfície, estas são as cacimbas, ou quando esses mesmos cultivam palma, planta adaptada às condições do Semiárido, ao invés de cultivar o arroz ou a cana-de-açúcar.

Num primeiro momento pode-se pensar que são tecnologias com um baixo alcance social, porém a exemplo das cisternas de bica, Valvezzi (2008, pg. 107) coloca que “além de serem suficientes para uma família de cinco pessoas beber e cozinhar durante um ano” estas oferecem água de qualidade e tem impacto direto na saúde das famílias, além de possibilitar maior independência em relação ao carro pipa.

O que não se vê é a incorporação dessas tecnologias de convivência por parte do governo nas políticas públicas implantadas, ou mesmo quando as são, não beneficiam as populações difusas e sim as grandes empresas e latifundiários. O que há é uma política de grandes eixos voltada para a especialização de alguns pontos do território que atraem grandes empresas nacionais e multinacionais com o consumo e a produção voltada para o mercado externo. Intensificam-se assim, as históricas desigualdades econômicas e sociais locais.

Elias (2006, pg. 31) nos confirma que:

Acirra-se, desde então, a expansão das relações capitalistas de produção no campo, conduzida de maneira extremamente prejudicial à maioria da população brasileira, especialmente aos que têm na relação com a terra sua principal forma de reprodução, à organização do território e ao meio ambiente. Promove-se, assim, um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza, acentuando as históricas desigualdades socioespaciais brasileiras.

Elias (2006, pg. 31) reforça ainda que:

Diante disto, manteve intocáveis algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do verdadeiro significado do conceito de desenvolvimento. Isso significa que privilegiou determinados segmentos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e consumo.

Portanto, as ações políticas realizadas no Semiárido desde a açudagem até a transposição do rio São Francisco pouco beneficiou a população pobre local. Dentre as instalações de fluxos e fixos implantados pelo Estado com a intenção desenvolver a região, se destaca os programas de irrigação. Estes tinham a finalidade de disponibilizar para os agricultores o que seria o principal empecilho para o desenvolvimento da agricultura, a carência de água. Diniz (1999, pg. 84) afirma que,

[...] a irrigação passa a ser o eixo central de uma política que visa, por um lado, a criação de projetos de assentamentos e de produção agrícola de tamanho familiar (sob responsabilidade do DNOCS), e, por outro lado, a exploração do Vale do São Francisco, onde a tendência é a instalação de grandes empresas.

Na prática, o que vem acontecendo é que os dois lados do projeto estão beneficiando apenas o grande capital. No que se refere à taxa cobrada para irrigação no Estado do Ceará Lins (2008, pg. 93) nos coloca que,

Na maioria dos casos, os valores cobrados são irrisórios para os grandes produtores, os quais muitas vezes são até isentos do pagamento dessa taxa. Ao mesmo tempo, porém, estes valores chegam a ser exorbitantes para os pequenos produtores, que não tem como se sustentar e concorrer com os demais produtores.

Diniz (1999, pg.85) nos assegura que “o número de famílias expulsas das áreas desapropriadas para implantação dos Perímetros Irrigados é superior às famílias selecionadas

como irrigantes”. Isso demonstra que apesar de já se ter investido muito em novas tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, estas últimas não são implantadas em benefício das populações difusas, mas apenas voltadas para o grande capital.

CONCLUSÕES

Evidencia-se que as políticas públicas implantadas ao longo de séculos privilegiou alguns grupos e contribuiu para o aumento das desigualdades na concentração de terra, água e renda. Apesar de se ter investido muito na construção de açudes e mais recentemente em canais e transposições entre bacias, tais projetos tem contribuído para a concentração da água e para a especialização desses espaços, mantendo-se intocáveis algumas práticas insustentáveis para o desenvolvimento regional. Com a difusão do conceito convivência com o Semiárido e a consciência de que não é possível acabar de vez com a seca no Nordeste, espera-se que o Estado implante tecnologias sociais de convivência com o Semiárido que transcenda os benefícios das grandes obras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LINS, C. S.; 2008. Os impactos territoriais e socioeconômicos do canal da (des) integração no Ceará no contexto do médio e baixo Jaguaribe. 178 f. Dissertação apresentada à Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará, UECE, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Geografia. Fortaleza, CE.

DINIZ, S. A.; 1999. A intervenção do Estado e as relações de poder na construção dos Perímetros Irrigados no Nordeste. In: Revista Casa da Geografia de Sobral. Ano 1, n. 1, p. 81-90.

ELIAS, D.; 2006. Ensaio sobre espaços agrícolas de exclusão. In: Revista Nera. Ano 9, n. 8, p. 29-51.

MALVEZZI, R.; 2007. Semiárido – uma visão holística. Brasília: Confea, 140.

SILVA, J. H. F.; SILVA, L. C. S.; SOUZA, R. M.; 2013. A problemática da água: os atores e os desastres em questão. . In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária e 1ª Jornada de Geografia das Águas, 21. 2013.

SILVA, R. M. A.; 2006. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

SILVA, R. M. A.; 2007. Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. In: Revista Econômica do Nordeste. v. 38, nº 3, p. 466-485.

SUASSUNA, J.; 2010. Transposição do Rio São Francisco na Perspectiva do Brasil real. São Paulo: Porto de Ideias, 373.